

## A COLONIZAÇÃO ÍTALO-GERMÂNICA NO ESPÍRITO SANTO E SEUS PROBLEMAS (\*)

ADILSON AVANSI DE ABREU  
(Sócio Cooperador da S.R.S.P. da A.G.B.)

É o Espírito Santo um Estado litorâneo de pouca extensão, situado na região de escarpas montanhosas do Brasil de sudeste, em um trecho onde a mata atlântica, antes de sua destruição, penetrava mais para o interior, chegando mesmo até Minas Gerais.

Pirre Deffontaines [7, pp. 696-697] distingue no Estado apenas duas regiões fisiográficas: a região dos *tabuleiros*, que se desenvolve junto ao litoral e é constituída, principalmente, de terrenos sedimentares recentes, e a região dos *planaltos* interioranos, bastante dissecada, com vales em "V", vertentes íngremes, onde a presença de alvéolos e terraços, entretanto, ameniza em pequenos pontos o acidentado da região, cuja morfologia é bastante complexa, uma vez que corresponde a um grande bloco rígido, granítico-gnaíssico, soerguido e basculado para o norte.

A drenagem da área que nos interessa é comandada pela calha do rio Doce, que atravessa o Estado de oeste para leste, dividindo-o, grosso modo, ao meio. Para ele vão os rios Santa Maria do Rio Doce, Santa Joana e Guandú, em sua margem meridional, com cursos grosseiramente paralelos e conseqüentes ao bloco basculado; em sua margem setentrional recebe os rios Pancas, Mutum e São José, cuja disposição é mais ou menos semelhante aos da margem sul. Há, entretanto, rios que correm diretamente para o Atlântico, também com direção oeste-leste, como o Timbuí, Santa Maria, Jucu, São Mateus e Itapemirim.

A morfologia desta região é de grande importância, uma vez que ela vai não só dificultar ou favorecer o homem em suas relações com o meio, como também refletir-se, de maneira bastante nítida, no clima. Realmente, as diferenças altimétricas aliadas à orientação dos vales e vertentes, interagindo com a circulação atmosférica, provocarão a presença de dois importantes tipos climáticos

---

(\*) — Trabalho entregue em outubro de 1966

regionais, de difícil delimitação: o *clima das terras quentes* e o *clima das terras frias* [18, pp. 18-21], que se refletem nas atividades humanas de maneira bastante expressiva.

As *terras quentes* correspondem, grosso modo, as áreas com menos de 300 metros de altitude, englobando os fundos de vales maiores, os terraços, as baixas colinas e a zona litorânea do Estado. As temperaturas médias anuais oscilam entre 23 e 26°C, podendo, no verão, ultrapassar 27°C e no inverno não descendo além de 20°C; dificilmente as mínimas ocorridas nessa região chegam a 10°C. A pluviosidade oscila em torno de 1000 mm e concentra-se, particularmente, no verão. Já as *terras frias* englobam áreas colocadas acima de 500 metros de altitude, com temperaturas médias anuais em torno de 21°C, chegando a 25°C nos meses mais quentes e descendo até 19°C nos mais frios; as temperaturas máximas em torno de 30 e 32°C e as mínimas atingindo 2°C. A pluviosidade é maior, entre 1500 a 2000 mm e com melhor distribuição durante o ano, se bem que a estação mais chuvosa seja, também, o verão.

São tipos de climas tropicais, sendo que o segundo, com sua amplitude térmica diurna mais elevada que o anterior, não se enquadrava exatamente entre os tipos climáticos tropicais quentes e úmidos.

É neste ambiente físico que os imigrantes europeus vão desenvolver suas atividades, em um dos Estados brasileiros mais tipicamente litorâneos e, paradoxalmente, à margem das correntes de povoamento nos três primeiros séculos de nossa história.

O processo de povoamento com colonos estrangeiros iniciou-se em 1847, com a fundação da colônia de Santa Isabel, com elementos germânicos, no vale do Jucu, e progrediu com a criação de novos núcleos sempre mais ao norte, em direção ao rio Doce. No vale do Santa Maria de Vitória o primeiro núcleo criado foi o de Santa Maria, em 1857, com colonos suíços e em seguida alemães, sendo que nessa época já existia junto à ruptura do rio citado o povoado de Cachoeiro de Santa Leopoldina para onde, mais tarde, é transferida a sede da colônia, que na época era uma das mais populosas do Império, vindo logo depois de Blumenau e Dona Francisca (Joinville).

Estes imigrantes desembarcavam em Vitória, de onde dirigiam-se, percorrendo em canoas os 70 km navegáveis do Santa Maria de Vitória, até Santa Leopoldina, que era o centro a partir do qual eram distribuídos para as várias seções da colônia, cuja demarcação de terras e sistematização foi feita de maneira semelhante às do sul do Brasil. Esses imigrantes eram recebidos e abrigados em um barracão que ficava na sede da colônia, a partir daí parti-

am as "linhas coloniais", seguindo os fundos dos vales de maneira a fazer com que a "colônia" se apresentasse com testada para o curso d'água e com fundos para os interflúvios.

Assim, através dos fundos de vales, deu-se tôda a penetração dêsses elementos germânicos que, a partir de Cachoeiro de Santa Leopoldina, atual Santa Leopoldina, expandiram-se, ocupando sucessivamente o alto vale do Santa Maria de Vitória, seus afluentes e vales vizinhos como o alto Timbuí e cabeceiras dos afluentes do rio Doce como o Santa Maria do Rio Doce, Guandú, etc.

A êsses elementos, por volta de 1870, vieram somar-se os imigrantes italianos, inclusive de áreas do então Império Austro Húngaro, que a partir desta época constituir-se-iam nos principais elementos de colonização.

A princípio o mais importante centro de distribuição dos imigrantes italianos era também Santa Leopoldina, porém em 1875, no alto vale do Timbuí, foi fundada Santa Tereza, por elementos italianos, onde instalou-se um barracão para acolher os novos imigrantes, com o que Santa Leopoldina passa a ser apenas um ponto de passagem obrigatório, uma vez que, daí por diante, Santa Tereza tornou-se a verdadeira "capital" da área colonizada por italianos, assim como Santa Leopoldina o era da área colonizada por elementos alemães.

A exemplo dos alemães, os italianos também seguiram os fundos dos vales, cobrindo todo o alto e baixo Timbuí, passaram para o Santa Maria do Rio Doce, que orientou o povoamento para o Norte, em direção à atual Colatina, colonizando também vales inferiores ou secções de vales paralelos ao Santa Maria do Rio Doce, como o Santa Joana, Pau Gigante, Guandu, etc., onde italianos e alemães colonizaram trechos intercalando-se uns aos outros.

Em 1888 iniciou-se, com italianos, a colonização ao norte do rio Doce, no vale do São Mateus. Ao todo parece ter sido localizado neste vale, desde Santa Leocádia até Boa Vista cêrca de 3.000 imigrantes em diversos núcleos e em condições tão precárias que provocou intensa reação na Itália, culminando com a proibição, por parte do govêrno de Roma, da emigração de italianos para o Espírito Santo. De qualquer forma êste movimento colocou no braço sul do São Mateus elementos peninsulares até a altura de seu afluente Muniz Freire.

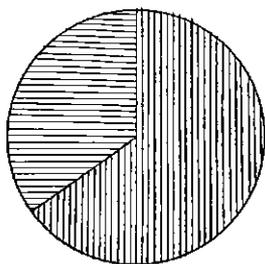
#### *Os colonos italo-germânicos*

A chegada de imigrantes italo-germânicos no Espírito Santo deu-se, portanto, na segunda metade do século XIX, iniciando-se em 1847 e terminando antes do início do século XX. Durante êsse

período a afluência não foi de imigrantes com a mesma origem e nem a entrada desses elementos foi uniforme nos diferentes anos; podemos, entretanto, para simplificar, admitir a existência de duas fases: a *fase alemã*, que vai do início do movimento até meados da década de 70, e a *fase italiana*, começando por volta de 1875, indo até fins do século passado.

Na primeira fase, recebeu o Estado em questão, cerca de 35.000 indivíduos predominantemente alemães, mas incluindo também outros elementos germânicos, como holandeses, suíços e austríacos, que se fundiam com os alemães. Nesta fase, duas épocas importantes em que entraram grande número de imigrantes, foram os anos de 1858 e 1873 (Guerra Franco-Prussiana).

PROPORÇÃO ENTRE IMIGRANTES ITALIANOS E ALEMÃES NO ESPÍRITO SANTO



(Cf. Pierre Leffontaines, B.G. nº19, p.993)

tanto por parte do governo da Prússia, com o Rescrito de Heydt, em 1859, como pela proibição, já mencionada, do governo italiano, em 1895.

Tanto o grupo alemão quanto o grupo italiano não apresentavam, contudo, homogeneidade. Para o alemães, ressalta principalmente o fato de que, antes de 1870, a Alemanha, como Estado unificado, não existia; assim, os elementos alemães que vinham de diferentes regiões, além de apresentarem traços culturais divergentes, consideravam-se mutuamente estrangeiros.

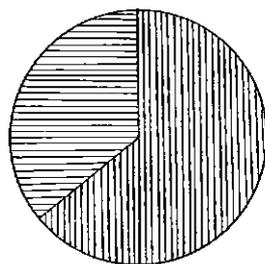
Os alemães que colonizaram o Espírito Santo descendiam de Pomeranos e "Hunsbucklers", cujos antepassados vieram do Hunsrück. Além desses dois grupos principais, tínhamos os que vieram da Renânia, Prússia, Saxônia, Hesse, Palatinado, Holstein e Nas-

Na segunda fase, o número de imigrantes entrados no Espírito Santo foi muito superior a anterior, pois que é avaliado em 65.000 almas, predominantemente italianas; embora outras nacionalidades também se achem representadas, é, entretanto, um período quase que exclusivamente italiano.

Um ponto comum para essas duas fases da imigração européia para o Espírito Santo e que demonstra os sérios problemas que enfrentavam os imigrantes, é que ambas terminam, praticamente, com a proibição da vinda de elementos para o Espírito Santo,

sau; êstes foram, entretanto, paulatinamente absorvidos pelos dois grupos citados, principalmente pelos pomeranos. Emilio Willems [20, 1946, pp. 63-64] observa que até hoje o prussiano é considerado estrangeiro para o badense e vice-versa. Essa diversidade do elemento alemão é patente e vai ser a explicação do porque houve uma maior adaptação à nova vida de uns grupos que de outros; o pomerano, por exemplo, que já na área de origem enfrentava sérias dificuldades, ajustou-se melhor às novas condições e talvez aí esteja a explicação para o fato de haver êsse grupo absorvido alemães de outras origens.

ORIGEM DOS IMIGRANTES ITALIANOS RECEBIDOS PELO  
BRASIL ENTRE 1876-1886



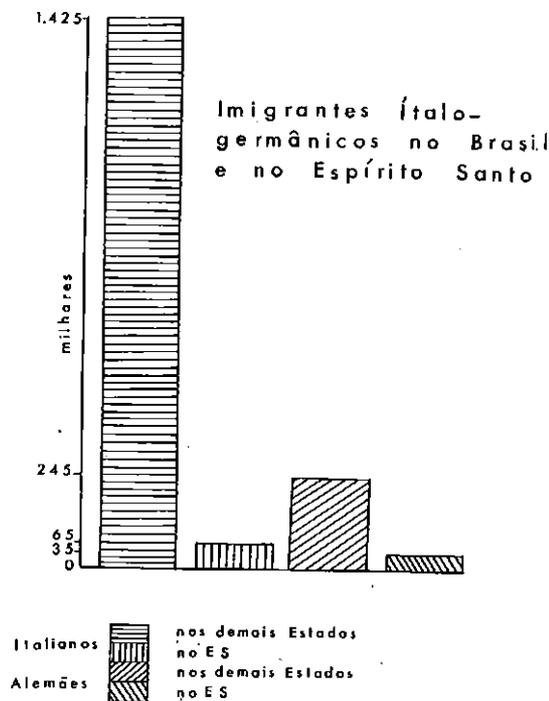
Províncias Meridionais  
Províncias Setentrionais  
(Vêneto, Lombardia e  
Piemonte: 64,4%)

(Of. Franco Cenni, obra citada, p.173)

Também o grupo italiano não era homogêneo; incluía êle italianos de quase tôdas províncias emigrantistas da Itália e sabemos muito bem que a diferença entre um "setentrionale" e um "meridionale" é tão grande, ou maior, que a existente entre um austríaco e um prussiano. Até por volta de 1886 há um predomínio dos italianos do norte, originários do Vêneto, Piemonte, Lombardia e Trentino; a partir dêsse ano as províncias meridionais passam à dianteira; Campania, Sicília, Abruzzo e Molise, Calábria, Puglia e Marche, Basilicata e Lazio, vindo também imigrantes das províncias centro-setentrionais: Toscana, Emília, Vêneto, Piemonte e Lombardia. Essas observações, quanto à origem dos elementos italianos é válida para o total do Brasil, mas evidencia que nos principais anos da imigração italiana para o Espírito Santo, 1893-1894, quando entraram cerca de 35.000 italianos no Espírito Santo, era exatamente o período em que os meridionais predominavam. Entretanto, há evidências de que a população ítalo-brasileira do Espírito Santo formou-se graças a grandes contingentes de vênnetos, além de trentinos, lombardos, istrianos, emilianos e de piemonteses e sardos que chegaram com os primeiros contingentes germânicos [14, p. 23]. Parece, portanto, que o italiano do norte predominou na colonização do Espírito Santo.

Essas diferenças entre alemães e italianos refletem-se não só em sua constituição antropológica, principalmente entre os italia-

nos, mas também nos dialetos e ocupações: os do sul da Itália e leste da Alemanha predominantemente agricultores e de baixos padrões de vida, enquanto que os setentrionais da Itália e demais alemães tinham níveis de vida mais elevados e técnicas mais apuradas, uma vez que participavam com os demais povos europeus do movimento renovador que se desenrolou na Europa centro-ocidental e que resultou em sua industrialização.



Antes de entrarmos em outro tópico, queremos ressaltar que, se o número total de imigrantes entrados no Espírito Santo neste período, cerca de 100.000, é pequeno se comparado com os Estados meridionais do Brasil, é considerável para o Espírito Santo, que em 1856 tinha mais ou menos 50.000 habitantes.

#### *A colonização propriamente dita*

Essa colonização estrangeira no Espírito Santo fêz-se com pequenas propriedades, como em outras áreas de colonização no sul do Brasil, contrastando com o sistema existente entre os colonos

que vieram para São Paulo e transformaram-se, aqui, em um proletariado rural.

A princípio as "colônias" (lotes) tiveram uma superfície de 50 hectares; entretanto, na época, era uma superfície que se mostrava grande para um só colono, auxiliado, às vezes, por alguns membros da família e passou-se então a lotear-se as terras na base de 30 hectares para cada colônia; finalmente, a superfície desta foi fixada em 25 hectares, que se tornou o dominante em toda a área de colonização no Espírito Santo. Contudo, podemos encontrar nos arredores de Santa Leopoldina, por exemplo, "colônias" com superfícies superiores a 25 ha, resultantes daquele primeiro momento da colonização ou então lotes de 130, 175 e 200 hectares [14, pp. 31-33], que resultaram de compra ou herança simulada.

O fato é que a colonização realizou-se toda baseada na pequena propriedade, o que veio a constituir-se em uma característica da paisagem no Espírito Santo, lembrando a colonização ítalo-alemã no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

As "colônias" foram distribuídas paralelas e partindo do fundo de um vale, no fundo do qual, junto ao curso d'água, instalavam-se os colonos com suas construções, que abrangiam um pequeno moinho ou roda d'água que servia para diversos trabalhos, como prensagem de mandioca, pilagem de arroz ou café, moagem de milho para fubá, etc. A derrubada da mata efetuava-se de baixo para cima, de modo a deixar no topo dos interflúvios e elevações maiores uma parte florestada, que se constituía mais em reservas de solos que florestais.

Esta paisagem é bastante típica do vale do Canaã, onde se desenrola o romance de Graça Aranha, e que foi colonizado tanto por alemães como por italianos. "As casas e moinhos se seguem no fundo do vale, a uns 200 metros de distância, acompanhando a estrada que, aliás, segue o curso d'água que serve às habitações" [7, p. 993], guardando, portanto, certa semelhança com o que ocorre no vale do Itajaí, em Santa Catarina.

As habitações rurais adquirem aspectos significativos, pois revelam não só as possibilidades que o meio oferece ao homem como também a bagagem cultural e as influências que o seu construtor recebeu neste novo ambiente. A casa está na maioria das vezes rodeada por outras dependências, como tulhas, paiós, galinheiros, etc., formando um nóculo na paisagem.

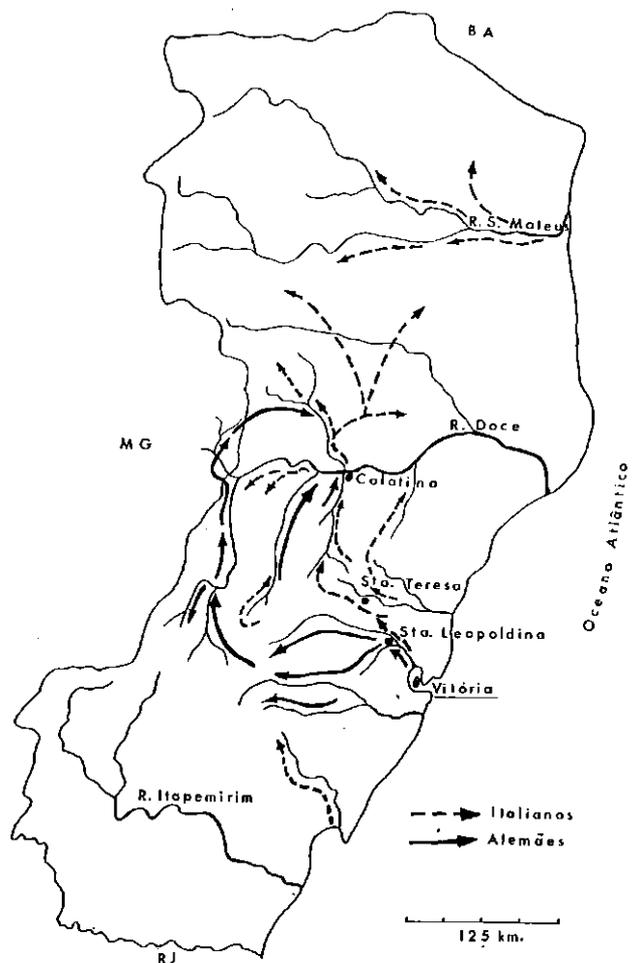
Predominam as habitações construídas com tijolos, aparecendo também com certa freqüência as casas de madeira e menos freqüentemente as de pau a pique. Um elemento comum a todas

habitações é sua construção sôbre pilares, o que pode se dar por diversos motivos. Por outro lado ela revela se quem a construiu foi um italiano ou um alemão, embora a diferenciação não seja tão fácil como no sul do Brasil. As casas dos teuto-brasileiros são geralmente amplas, mais largas que profundas, com telhados de duas águas, às vêzes mais inclinados que os comuns, claras com portas e janelas de côres vivas, tendo sempre flôres em suas proximidades. As casas dos ítalo-brasileiros são geralmente de tijolos e com dois tipos principais: grandes casarões de dois pavimentos, revelando forte influência da região de origem, tendo sido construída nos primeiros tempos da colonização, quando as propriedades rendiam mais e um segundo tipo que se assemelha à dos teuto-brasileiros, diferindo apenas nos telhados; é um tipo mais recente.

No conjunto, tanto as habitações dos teuto-brasileiros quanto dos ítalos-brasileiros marcam a paisagem e distinguem-se da casa dos caboclos, dando um aspecto mais favorável a quem chega à região.

Quanto ao regime agrícola seguido pelos colonos, foge em grande extensão à monocultura; se bem que o café seja o produto principal, não existe nada parecido com as propriedades cafeeiras de São Paulo; os cafêzais ocupam pequenos lotes nas colônias, ao lado do qual o colono planta os demais produtos necessários à sua subsistência, fazendo com que essa região caracterize-se por uma policultura, tendendo a uma economia mais ou menos fechada, pela inexistência de centros consumidores nas proximidades, uma vez que os responsáveis pela colonização não se preocuparam com a criação de núcleos urbanos. Realmente, o único produto comercial do colono é o café; os demais produtos servem para o seu próprio consumo. Segue-se em importância ao café o cultivo de cereais: milho, arroz e feijão, mandioca e batata inglesa, esta última principalmente nas terras frias e áreas de colonização alemã. O milho é utilizado tanto para a criação de animais como na alimentação, principalmente nas áreas povoadas com colonos vênnetos.

As "colônias" foram conquistadas para o cultivo através dos processos de derrubadas e queimadas, sendo que os imigrantes aprenderam com os luso-brasileiros as técnicas empregadas na agricultura. O cultivo começava nas partes mais baixas da propriedade, sem nenhuma preocupação de solos, procurando-se apenas não replantar na mesma área a não ser após alguns tempo. Logo depois da queimada, o colono podia tanto plantar imediatamente o café como fazê-lo preceder um ano ou mais com culturas de cereais, por exemplo. Esses cafêzais eram formados a princípio com mudas recolhidas nos cafêzais mais velhos; atualmente essas mudas



Esquema das vias de penetração prováveis  
(Cf. Egler, Moull e outros-modificado)

são conservadas em pequenos vasos feitos com nós de bambus. Por outro lado, as plantas seguem a declividade do solo sem preocupações com curvas de níveis e adubação, a não ser nas terras frias, onde se usa às vezes adubos animais ou palha de café nas terras cansadas. Os tratos culturais são também bastante simples, limitando-se à limpeza do terreno das ervas daninhas; normalmente um homem não cuida mais do que 5.000 pés de café.

Plantado o cafézal, sua produção dá-se mais cedo nas terras quentes, onde a primeira safra pode ser colhida após 3 anos do seu plantio; nas terras frias só depois de 4 ou 5 anos pode-se ter a primeira colheita. Depois de colhido, o café é transportado por homens, "zorras" ou "slittas", que são veículos de tração animal, encontrados também nas áreas coloniais do Brasil meridional, até o lugar em que será secado ou sofrerá os primeiros beneficiamentos. Depois de secado, o café é enviado a um comerciante, no núcleo mais próximo; este é, geralmente, o dono de uma "venda" que dá crédito ao colono, sendo o café o pagamento oferecido por este, que nos períodos de dificuldades pode pedir também empréstimos ao comerciante, saldando suas dívidas, mais tarde, com sua produção de café ou ficando sempre em condições de devedor e dependência em relação ao comerciante.

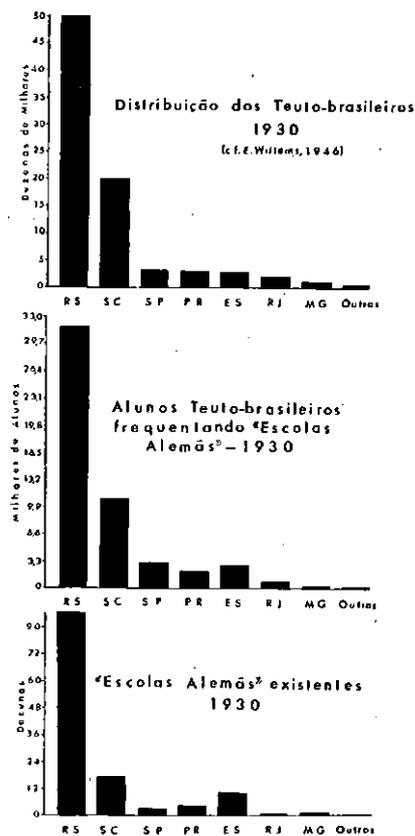
Temos, portanto, já delineado ante nós, um quadro global de como processou-se a colonização ítalo-germânica no Espírito Santo; passaremos agora a analisar alguns dos problemas mais importantes que afligiram esses imigrantes nas terras capixabas.

#### *Os principais problemas enfrentados*

Um dos primeiros problemas enfrentados foi, sem dúvida alguma, a *falta de assistência técnica* por parte do Governo do Estado. Se a princípio, quando era Governador da província M. Freire, parece ter havido grande interesse do Estado por esses colonos, proporcionando-lhes auxílios econômicos que excediam as suas necessidades, fazendo com que muitos dos primeiros imigrantes alemães se entregassem à dissolução, como constatou Von Tschudi; à medida que a colonização avançava, cada vez mais as condições foram se tornando mais precárias, com a extinção de todo e qualquer auxílio por parte do Governo. Essa falta de assistência derivou tanto da falta de organização e má administração do Estado, bem como da prevaricação de funcionários brasileiros e falta de competência dos representantes dos colonos junto à administração pública.

A ausência de assistência é bem expressa pelos acontecimentos que se desenrolaram, quando da chegada dos primeiros imigrantes italianos a São Mateus, que de tanto passar privações e necessidades, julgaram-se vendidos como escravos, revoltando-se e obrigando então o Estado a intervir militarmente, coadjuvado pela população brasileira da região, para reprimir a revolta dos elementos peninsulares [9, p. 237].

Ao lado dêsse problema, podemos colocar um outro que foi a *falta de assistência educacional*, e que poderia ser englobado no anterior. Realmente, os colonos esperavam que o Govêrno cuidasse disso, mas, na sua ausência, êles próprios procuraram suprir essa falha e dentro dessa ação devemos distinguir, principalmente entre



os grupos católicos e protestantes. Os católicos, constituídos em grande maioria dos italianos, mas também por um importante contingente germânico, passaram a enviar seus filhos às escolas paroquiais, onde as aulas eram ministradas aos descendentes dos imigrantes e de brasileiros, o que concorreu para uma maior integração

entre os diferentes componentes étnicos. Já os protestantes, maciçamente germanos, criaram para seus filhos as "escolas alemãs", junto às igrejas evangélicas, onde as aulas eram dadas apenas em alemão, o que, inevitavelmente, contribuía para um enquistamento cultural e étnico. Mas parece que os italianos também criaram "escolas italianas" para os seus filhos e a prova disso é que em 1901 havia no Espírito Santo sete "escolas italianas", com 400 alunos. Entretanto, as "escolas alemãs" eram mais numerosas e em 1930 seu corpo discente foi calculado em 2.500 almas, com 100 professores distribuídos nas diversas áreas de colonização alemã [21, p. 405].

Não devemos, porém, ter ilusões quanto ao nível que essas escolas possuíam; seu ensino baseava-se quase que exclusivamente na religião, além do que havia apenas duas aulas semanais; a ortografia e a gramática estavam totalmente em desacôrdo com as regras; por outro lado, segundo verificações feitas no comêço do século, a maioria dos alunos não sabia quem era o Presidente do Brasil ou o Imperador da Alemanha, bem como não tinha a menor idéia de como se ia à Alemanha [18, pp. 90-92].

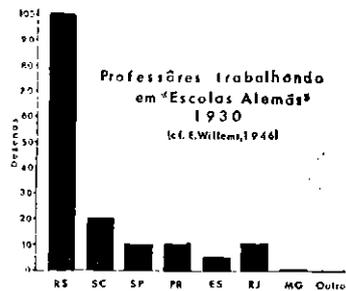
Assim podemos quase que afirmar que, pelo menos no princípio, essas escolas não tinham por objetivo alienar as crianças do Brasil em benefício de qualquer país estrangeiro, pois na realidade pouco se ensinava e em uma língua totalmente deturpada; isto é válido tanto para alemães como para italianos; se êsse aspecto realmente existiu, apareceu em época relativamente recente, nos anos que antecederam a II Guerra Mundial.

Outro problema que tiveram que enfrentar os imigrantes italianos e alemães no Espírito Santo refere-se ao *meio físico* no seu aspecto climático e pedológico, especialmente nas baixadas litorâneas, de climas quentes e solos quaternários bastante pobres. O problema climático deve ser relacionado com a origem da maioria dos ítalo-germânicos, que eram em grande parte constituídos de vênets das baixadas padanas e pomerânios das planícies bálticas, acostumados, portanto, a condições climáticas radicalmente diversas das encontradas na região. A tendência, frente a êsse problema, foi galgar, sempre que possível, a serra, e atingir as áreas de maiores altitudes, onde o clima era mais ameno.

A importância dêsse problema pode ser aquilatada pelo fato de que, de tôdas as colônias italianas situadas nas baixadas, apenas Santa Leocádia, já mais no interior, conseguiu subsistir. Não podemos, entretanto, de forma alguma, atribuir o fracasso apenas ao clima; devemos relacioná-lo com os solos, que são bastante pobres nessa área. É entretanto interessante observar que atualmente os

descendentes dos primeiros imigrantes europeus parecem não padecer mais com o clima e a prova disso é que hoje descem para as baixadas, parecendo completamente aclimatados; teria havido, portanto, uma aclimação progressiva do clima temperado para um sub-tropical e finalmente para um tropical quente e úmido, de uma forma semelhante com o havido na Austrália, onde os descendentes dos imigrantes europeus estabelecidos em sua parte meridional foram colonizar suas regiões setentrionais [18, pp. 85-87].

Um quarto problema que surgiu logo no início da colonização foi o *isolamento*, à semelhança do que ocorreu no sul do Brasil; parece contudo que êsse isolamento não foi tão grave quanto lá, apesar de se ter feito sentir também. Provavelmente foi uma das causas que contribuiu para a decadência maior das colônias alemãs que, em comparação com as italianas, hoje em situação superior, sofreram um isolamento mais acentuado. Entretanto, êsse



desequilíbrio que se observa hoje entre as colônias italianas e alemãs não se deve apenas a êsse fato, uma vez que muitas colônias italianas sofreram grande isolamento, como ocorreu com Nova Venécia, que para se abastecer de alimentos enfrentava grandes dificuldades, pois uma tropa de burros gastava de 11 a 12 dias de ida e volta até São Mateus, situação que só melhorou em 1924, com a criação de uma pequena estrada de ferro entre os dois núcleos.

Êsse problema foi, parcialmente, resolvido para certas áreas, no sul do Estado, com a construção da estrada de ferro de Vitória a Minas Gerais que, iniciada em 1903, já em 1906 atingia Colatina e em 1908 Baixo Guandú.

O fato é que o problema existiu e veio até nosso século, afetando a vida dessa área, dificultando as relações entre os imigrantes e as comunidades brasileiras.

*Os problemas atuais*

Entre os problemas atuais que afligem as áreas de colonização ítalo-germânica no Espírito Santo, destaca-se o processo de *cabocização*, pelo qual quase todos europeus e seus descendentes estão passando. Realmente, a perda do patrimônio cultural por parte desses imigrantes é um fato facilmente comprovado por todos que visitam a área. É verdade que talvez muitos esperassem encontrar as culturas originais intactas, não levando em consideração que a interrupção dos contatos com as terras de origem e a luta para sobreviver no meio hostil são fatores que, conjugados, produzem um desnivelamento cultural bastante acentuado [20, 1946 - p. 261]. O horizonte cultural desses europeus do sertão sofreu uma contração muito sensível.

Essa perda da cultura original é agravada pela desagregação das comunidades construídas em bases territoriais. A desagregação desses núcleos é causada pelo fato de que o colono quase nunca aduba suas terras, cujo rendimento vai caindo até chegar um momento em que o cultivo do solo não compensa mais. Ele procura então um novo pedaço de terra e inicia outra vez suas culturas; torna-se, assim, um semi-nômade condenado a uma vida primitiva e em geral a um regresso cultural. Tais efeitos se mostram, com grande evidência, no núcleo de Santa Leopoldina que, de 300 famílias em 1885, passou a apenas 150 em 1915, quando foi visitado por Wagemann. Esta desagregação, afetando particularmente a organização escolar, facilita muito a perda de todos os traços culturais (\*). Portanto, uma das chaves para a compreen-

---

(\*) — Vale a pena transcrever aqui algumas observações de Willems, 1946, p. 335, que julgamos serem válidas também para os ítalo-brasileiros:

“Se as condições econômicas não permitiam dentro da primeira geração, e retorno a processos agrícolas intensivos, o desnivelamento se tornava definitivo, pelo menos em áreas isoladas, onde a imigração havia sido interrompida. A perpetuação do patrimônio cultural é, em última análise, um problema de transmissão entre gerações. É possível conservar, pela prática quotidiana, hábitos sanitários e tradições religiosas, por exemplo, mas é impossível perpetuar conhecimentos e técnicas agrícolas quando estas deixam de ser praticadas, pois nesta esfera toda transmissão se faz de maneira diferente: direta, pelo exemplo e pela imitação. Se, portanto, os filhos aprendem técnicas extensivas porque a prática de processos em regime intensivo seria ruínoza, estes, embora vivos na memória dos pais, já fazem parte da segunda geração. Se tempos depois as condições econômicas oferecem chance de uma agricultura intensiva, as atitudes que freqüentemente o colono teuto-brasileiro assume diante dessa possibilidade, assemelham muito à “indolência” do caboclo. Economicamente nivelado com este, a aculturação se realiza de maneira mais intensa onde o sistema de povoamento é favorável ao intercurso das duas etnias.”

são dêsse processo de "caboclicação" é o *esgotamento dos solos*, que, ao lado da *fragmentação das propriedades* resultante do crescimento das famílias e do costume, em certos grupos, de dar-se a propriedade em herança ao primogênito ou ao caçula, vai provocar também migrações regionais no Espírito Santo dêsses descendentes de europeus. Assim, partindo das zonas antigas de colonização, ondas de imigrantes atingem as novas áreas onde se estabelecem, até que pelo esgotamento dos solos o ciclo se reinicie.

Êsses problemas atuais são complexos e intimamente inter-relacionados, mas na base de tudo está o esgotamento do solo e a "caboclicação" do europeu. Reputamos essa "caboclicação" como um, se não o mais grave, dos problemas; é verdade que em muitos casos alguns traços culturais são conservados, como por exemplo o dialeto de origem, em uso no lar; entretanto, mesmo isto está sendo esquecido, pois o simples fato de que os imigrantes e seus descendentes, para conservarem o idioma de suas pátrias de origem teriam que, regra geral, os aprender, faz com que êles necessitando aprender um idioma, dêem preferência ao Português, que lhes será mais útil.

Não podemos, de forma alguma, confundir essa "caboclicação" dos elementos de origem ítalo-germânica no Espírito Santo com aculturação e somos, em parte, contrários a ela, pois se com êsse processo os descendentes de italianos e alemães integram-se na comunidade brasileira, esta integração faz-se pelos padrões ditados pelos caboclos, não conservando nada, praticamente, de suas antigas técnicas, o que reputamos bastante prejudicial, não só para êles como para o Brasil. Por outro lado, essa "caboclicação" apresenta um aspecto que, do ponto de vista nacional pode ser encarado como positivo, ou seja, a miscigenação entre descendentes de europeus e brasileiros, que vai tornando-se cada vez mais intensa e que impedirá a formação dos tão discutidos "quistos étnicos".

#### *Conclusão*

Concluindo êsse rápido estudo da colonização ítalo-germânica em terras capixabas, parece-nos bastante útil fazermos algumas comparações desta área com as regiões coloniais do sul do Brasil.

Em ambas as regiões há uma série de semelhanças, entre as quais [14, pp. 104-109] podemos salientar que em ambos os casos essa colonização deu-se em Estados litorâneos, em zonas que até meados do século passado estavam despovoadas e preencheu o vazio entre o litoral povoado, mas voltado para o exterior, e o interior, povoado há mais tempo.

Tanto no Espírito Santo como no sul do Brasil o povoamento foi descontínuo, sem assistência sistemática dos poderes públicos, em pontos isolados e de maneira que italianos e alemães se estabelecessem em áreas próximas, o que poderia gerar tanto contatos cada vez mais intensos como atitudes etnocêntricas.

Por outro lado, a decadência das colônias vai provocar, tanto no sul como no Espírito Santo, movimentos demográficos entre os descendentes dêsses imigrantes, que vão propiciar a existência, nas duas regiões, de novas "frentes pioneiras".

Há entretanto pontos de divergências e entre êsses podemos salientar: o maior contato com os luso-brasileiros, ocorrido no Espírito Santo; um processo de "caboclicação" mais intenso que no sul do Brasil (aliás, os descendentes de italianos e alemães, no Espírito Santo, não tiveram a mesma assistência que os localizados no sul do Brasil por parte dos Governos de Roma e Berlim, preocupados em inanter vivo nêles o sentimento de "Italianità" ou "Deutschtum"; apesar dêstes terem existido também no Espírito Santo, em escala, entretanto, muito menor do que o havido em Santa Catarina e Rio Grande do Sul); outra discordância é que, embora as colônias alemãs sejam tão antigas quanto as de Santa Catarina, e as italianas tão antigas quanto as do Rio Grande do Sul, não se verificou nenhum fenômeno que possa lembrar a industrialização do vale do Itajaí ou de Caxias do Sul.

Contudo, parece ser um fato comprovado que os descendentes de italianos estão em situação superior aos descendentes de alemães. Isto talvez prenda-se ao fato de que os alemães vieram de regiões como a Pomerânia, onde o nível de vida era muito baixo, assim como o maior isolamento em que se encontraram no Espírito Santo, além do que já estão na quarta, quinta ou sexta geração nos núcleos mais antigos, enquanto que os italianos estão na segunda ou terceira, podendo ser que, se não houver modificações nas estruturas das regiões povoadas por italianos e seus descendentes, estas se igualem às povoadas por alemães. Este fato reflete-se nos núcleos fundados pelos imigrantes e Santa Tereza, fundada por italianos, é atualmente o mais próspero.

De qualquer forma, em tôda a zona colonial do Espírito Santo, a indústria é insipiente e revela-se principalmente como beneficiamento de produtos agro-pastoris.

É uma região caracterizada pelas pequenas propriedades, vivendo uma economia mais ou menos fechada e decadente que, entretanto, poderia se reerguer se surgissem núcleos maiores que se convertessem em centros consumidores. Quanto aos núcleos colo-

niais, os mais importantes continuam sendo Santa Leopoldina e Santa Tereza, que revelam suas origens, germânica ou italiana, em diversos traços de sua paisagem urbana.

Mesmo sob um intenso processo de "cacoclição", a presença de italianos, alemães e seus descendentes, nesta área do Espírito Santo ficou marcada na paisagem, refletindo a influência do homem e sua cultura na organização do espaço.

### B I B L I O G R A F I A

- 1 — ARANHA, GRAÇA — "Canaã". 3.<sup>a</sup> edição. S. D.
- 2 — BARRETO, CASTRO — "Povoamento e população". II volume — Livraria José Olympio Editôra. Rio de Janeiro, 1959.
- 3 — Bolletino dela Società Geografica Italiana. "Immigrazioni al Brasile durante l'ultimo quinquennio". Ano XXI, volume XXIV. Società Geografica Italiana. Roma, 1887.
- 4 — CENNI, FRANCO — "Italianos no Brasil" (andiamo in'Mérica) Livraria Martins Editôra. São Paulo. S. D.
- 5 — CORTES, TEN. CEL. GERALDO DE MENESES — "Migração e colonização no Brasil" Col. Documentos Brasileiros. Livraria José Olympio Editôra. Rio de Janeiro, 1958.
- 6 — CRUZ, RUTH BOUCHARDA DA — "Distribuição da população no estado do Espírito Santo em 1940". Revista Brasileira de Geografia, ano XII, n.º 3 — C.N.G. — I.B.G. Rio de Janeiro, 1950.
- 7 — DEFFONTAINES, PIERRE — "Ensaio de Divisões Regionais e Estudo de uma Civilização Pioneira". Boletim Geográfico, ano II, n.º 19. C.N.G. — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1944.
- 8 — DENNIS, PIERRE — "Géographie Universelle" (La Blache et Gallois) Tomo XV — Armand Colin — Paris, 1927.
- 9 — EGLER, WALTER ALBERTO — "A Zona Pioneira ao Norte do Rio Doce". Revista Brasileira de Geografia, ano XII, n.º 2 — C.N.G. — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1951.
- 10 — GIEMSA, GUSTAV E NAUCK, ERNST — "Uma Viagem de Estudo ao Espírito Santo" — Boletim Geográfico, ano VIII, n.os 88 e 89 — C.N.G. — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1950.
- 11 — MORAIS, CÍCERO — "Como Nasceram Cidades no Espírito Santo". Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo — Vitória, 1954.
- 12 — OBERACKER, KARL HEINRICH — "Die wirtschaftliche Lage der deutschstaemmigen Kolonisten Espírito Santo im Jahre 1940" — Staden — Jahrbuch, n. 11-12. Instituto Hans Staden. São Paulo, 1963-1964.

SEÇÃO  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

- 13 — *Observador Econômico e Financeiro* — Volume IX, n. 49 — Rio de Janeiro, 1940.
- 14 — PETRONE, PASQUALE — “Aspectos Geográficos da Área de Colonização Antiga no Estado do Espírito Santo” — A.G.B. — Avulso n. 3. São Paulo, 1962.
- 15 — PETERMANN'S MITTEILUNGEN — “Die Erdkunde auf dem III Deutschen Kolonialkongress in Berlin 6.8. — Oktober 1910” — Ano LXVI, n. 56, 1910.
- 16 — SOARES, LUCIO DE CASTRO — “O Vale do Rio Doce: sua Conquista e Colonização” — Boletim Geográfico, ano I, n. 5 — C.N.G. — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1943.
- 17 — VALVERDE, ORLANDO — “A Velha Imigração Italiana e sua Influência na Agricultura e na Economia do Brasil” — Boletim Geográfico, ano XIX, n. 161 — C.N.G. - I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1961.
- 18 — WAGEMANN, ERNST — “A Colonização Alemã no Espírito Santo” — Separata dos Boletins Geográficos n.s 68, 69 e 70 — C.N.G. - I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1949 (original de 1915).
- 19 — WAIBEL, LEO — “O que Aprendi no Brasil” — Revista Brasileira de Geografia, ano XII, n. 3 — C.N.G. - I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1950.
- 20 — WILLEMS, EMÍLIO — 1940: “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” — Col. Brasileira — Cia. Editora Nacional — São Paulo.
- 21 — “A Aculturação dos Alemães no Brasil” — Col. Brasileira — Cia. Editora Nacional — São Paulo, 1946.